

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da reunião do *Subcommittee on Security and Defence (SEDE)*, do Parlamento Europeu

Via VTC, 28 de janeiro de 2021

- Senhora Presidente da subcomissão de segurança e defesa
- Senhoras e Senhores vice-presidentes da subcomissão
- Senhoras e senhores deputados

Começo por agradecer à Subcomissão da Segurança e da Defesa esta oportunidade para partilhar e discutir convosco as prioridades da Presidência Portuguesa no domínio da Defesa.

Permitam-me que comece por sublinhar que embora a Política Comum de Segurança e Defesa seja sobretudo uma política intergovernamental, do meu ponto de vista, o papel de escrutínio e de proposição proativa do Parlamento Europeu deve acompanhar esse movimento. O aprofundamento de uma Identidade Europeia de Defesa não pode deixar de passar por este placo de debate e intercâmbio

com a cidadania europeia, e é, portanto, para mim um grande prazer estar aqui hoje convosco e partilhar as prioridades da Presidência portuguesa em matéria de segurança e defesa.

A primeira prioridade de qualquer presidência é assegurar a continuação dos trabalhos que herda dos seus antecessores, e felizmente há uma importante herança a promover da presidência alemã e de presidências anteriores. Nesse sentido, iremos trabalhar em estreita coordenação com o Serviço Europeu de Ação Externa e o Alto Representante no aprofundamento da integração europeia em matéria de segurança e defesa, em linha com aquilo que são as expectativas dos nossos cidadãos, que repetidamente se manifestam favoráveis a uma Política Comum de Segurança e Defesa. Em 2019 eram 73% os que se manifestaram de forma

favorável e estou convencido que a experiência deste último ano apenas terá reforçado este número.

Este é um domínio relativamente recente para a União Europeia e precisamos de documentos orientadores que estabeleçam os parâmetros das nossas ambições e identifiquem os nossos instrumentos fundamentais para a realização daquilo que pretendemos para a nossa União.

A Bússola Estratégica corresponde, portanto, a uma necessidade específica do momento que vivemos e Portugal está plenamente empenhado no desenvolvimento deste documento, que visa traduzir as prioridades da Estratégica Global da União Europeia num conceito estratégico operativo para a PCSD. Após a conclusão da Análise Comum de Risco durante a presidência alemã, durante o nosso semestre

propomo-nos contribuir para o trabalho de redação liderado pelo Serviço Europeu de Ação Externa, estimulando, articulando e cristalizando o necessário diálogo entre os Estados Membros.

Esperamos ter em breve um primeiro *scoping paper* produzido pelo Serviço Europeu de Ação Externa. A Bússola Estratégica será objeto de discussão em momentos políticos relevantes da nossa Presidência, desde o Conselho Europeu às reuniões de Ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, e esperamos aprovar Conclusões sobre a Bússola Estratégica no Conselho de Ministros de Defesa no dia 4 de maio. Portugal vai contribuir para esta fase de discussão com propostas concretas, mas também com eventos públicos em Lisboa e em Bruxelas, estimulando debate na sociedade europeia. Esperamos que também o Parlamento Europeu se possa

associar este debate e poderão certamente contar com todo o apoio de Portugal para essas iniciativas.

Segundo o calendário estabelecido, estaremos em condições de aprovar a Bússola Estratégica na primeira parte de 2022, durante a presidência francesa, o que significa que nesta fase é importante trazermos para o debate diferentes visões sobre as temáticas da defesa europeia, para que a Bússola Estratégica não seja apenas um documento burocrático que representa o mínimo denominador comum, mas sim uma ferramenta prática para a nossa ação no mundo e um contributo para a consolidação de uma cultura estratégica europeia.

Outra das matérias a que a Presidência Portuguesa deverá dar continuidade é a operacionalização do Fundo Europeu de

Defesa. O importante acordo provisório alcançado entre o Parlamento e o Conselho no final do 2020 deverá agora ser traduzido na adoção formal e operacionalização do FED – uma ambição para a qual Portugal contribuirá ativamente. Quero aqui deixar nota do notável esforço feito por muitos neste Parlamento para que o volume de financiamento do FED melhor correspondesse ao nosso nível de ambição e às necessidades de uma Defesa europeia mais eficaz, numa vizinhança onde abundam crises de segurança que ameaçam países amigos e os europeus. Embora tivéssemos gostado de ir ainda mais longe no financiamento deste instrumento, este é um passo muito importante na consolidação da Defesa europeia. E deixo aqui também uma nota de agradecimento ao Parlamento pelo espírito de compromisso assumido durante a gestão deste dossiê, criando condições para

estarmos agora muito próximos de inicializar este novo instrumento.

Merece referência também um outro importantíssimo instrumento que é o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. As divergências que se identificaram sobre o funcionamento deste mecanismo já foram ultrapassadas no final da presidência alemã, criando-se as condições para que a União Europeia tenha finalmente a possibilidade de contribuir de forma consequente e substantiva para a consolidação da paz nas missões PCSD.

Senhoras e Senhores Deputados,

Gostaria agora de centrar-me nas prioridades identificadas por Portugal para a área da defesa, neste primeiro semestre de 2021.

1.

Em primeiro lugar, quero referir o reforço do diálogo estratégico nas relações UE-África em matéria de segurança e defesa.

O apoio à consolidação da paz e da segurança em África constitui um dos mais importantes elementos na consolidação de uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa. É no continente africano que encontramos alguns dos mais complexos desafios à segurança dos europeus e é também aí que se situa a maioria das missões PCSD – 5 num total de 6 – e onde estas têm assumido maiores responsabilidades, em particular no Mali, na República Centro Africana e na Somália.

O nosso entendimento é que o diálogo político com as organizações regionais africanas com mandatos em matéria de segurança e defesa permitirá não só aumentar a eficácia das missões da UE em África, desenhando mandatos mais adequados e desenvolvendo uma abordagem mais integrada, mas permitirá também traduzir a competência operacional destas missões em capacidade de intervenção política da UE.

Por isso, convidaremos para uma reunião, à margem do Conselho Informal de Ministros da Defesa de 2 e 3 de março, que esperamos possa ser presencial em Lisboa, ministros e representantes da União Africana, da SADC, da CEEAC, da CEDEAO, do IGAD e das Nações Unidas.

Quero também fazer referência à situação no Norte de Moçambique, que acompanhamos com muita atenção. Estive

pessoalmente em Moçambique no mês de dezembro e na semana passada o meu colega, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, esteve também em Maputo, no caso dele representando o Alto Representante Josep Borrell. Consideramos que é do interesse da União Europeia apoiar Moçambique no seu combate contra o terrorismo, antes que as organizações terroristas consigam consolidar a sua presença no Norte do país, destabilizando Moçambique e a partir daí toda a África austral e oriental. Este trabalho de combate ao terrorismo requer um diálogo muito estreito com as autoridades moçambicanas e creio que o meu país tem condições excecionais para a promoção desse diálogo.

2.

Isto leva-me a outra prioridade portuguesa para este semestre
– a segurança marítima.

Nós temos hoje ainda um défice no pensamento europeu em matérias relativas ao domínio marítimo. Tendo em conta que uma fatia muito considerável do comércio externo e intraeuropeu depende da livre circulação por via marítima; tendo em conta que, segundo a Organização Marítima Internacional, o Golfo da Guiné representa mais de 90% de todos os ataques de pirataria à escala mundial; e que o Atlântico é hoje um espaço de competição geopolítica crescente, a construção de uma Identidade Europeia de Defesa deve obrigatoriamente incluir uma dimensão marítima.

Ao longo deste semestre, e em linha com o reforço do diálogo com os parceiros africanos, iremos apoiar a operacionalização das Presenças Marítimas Coordenadas no Golfo da Guiné, tal como aprovado esta semana pelo Conselho. Iremos promover um diálogo de alto nível com os parceiros envolvidos nesta região, à margem do Conselho de Ministros de 4 de maio, onde esperamos contar com representantes do G7++ / Amigos do Golfo da Guiné.

Portugal, tal como outros Estados Membros, mantém uma presença naval regular na região do Golfo da Guiné, quer através da cooperação bilateral com São Tomé e Príncipe, onde temos um meio naval em permanência, quer através da Missão Mar Aberto e dos exercícios navais e iniciativas em matéria de capacitação desenvolvidas nesse âmbito. Esta experiência será certamente útil na sensibilização dos nossos

parceiros africanos para a mais-valia das Presenças Marítimas Coordenadas da UE e um contributo para a maior visibilidade da União enquanto ator de segurança marítima no Atlântico.

Não estamos aqui a falar de uma missão PCSD. Estamos a falar de um exercício de coordenação das capacidades navais nacionais dos Estados Membros numa determinada região de interesse comum, para garantir uma maior visibilidade e continuidade da presença marítima da UE, coordenando objetivos políticos e articulando com outros instrumentos europeus. Depois deste caso piloto no Golfo da Guiné, estaremos em condições de reproduzir o modelo ou de adaptá-lo face à experiência, criando condições para que a União Europeia ganhe relevância estratégica marítima.

3.

Uma terceira prioridade para a Presidência Portuguesa serão as relações transatlânticas e a cooperação EU-NATO.

Se ao nível mais operacional e técnico as duas organizações têm hoje identificadas as dimensões onde a cooperação pode e deve ser aprofundada, como a mobilidade militar – que esta Subcomissão tem acompanhado de forma muito interessada – mas também as respostas coordenadas a emergências complexas ou a ciberdefesa e o combate à desinformação, a verdade é que no plano político a chegada de uma nova Administração à Casa Branca oferece-nos uma importante oportunidade para a renovação do diálogo no campo da defesa.

Este é, portanto, o momento de apostar no diálogo sobre as grandes linhas de ação onde podemos convergir e esclarecer todas as dúvidas que o reforço da autonomia estratégica da Europa poderá criar junto dos nossos parceiros transatlânticos.

Isso deverá ser feito de forma articulada com a NATO, numa reflexão estratégica paralela das duas organizações. A Presidência pretende contribuir para fazer a ponte entre o desenvolvimento da Bussola Estratégica da UE e a revisão estratégica da NATO, respeitando e tirando partido das especificidades de cada organização.

A reunião informal de Ministros da Defesa, em março, abordará o reforço das relações transatlânticas. Acredito que

os próximos meses serão uma oportunidade para repensarmos o diálogo político UE-NATO.

Concluo referindo duas outras prioridades.

4.

Uma Economia Europeia de Defesa forte e dinâmica, assente numa cooperação mais profunda em matéria de desenvolvimento de capacidades, pode dar um contributo essencial para reforçar a liderança tecnológica e industrial da UE, bem como para uma recuperação económica robusta com a criação de emprego qualificado.

O Fundo Europeu de Defesa será crucial a esse respeito, especialmente se conseguirmos que ele seja um instrumento equilibrado, efetivamente aberto a todos os Estados

Membros, sobretudo as pequenas e médias empresas, que são o grosso do tecido industrial europeu e são fundamentais para garantir um ambiente competitivo e inovador.

Mais precisa de ser feito na promoção de uma Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia, algo que Portugal procurará estimular. Será também essencial continuar a assegurar a coordenação entre os projetos PESCO e o FED, bem como o pleno uso da PESCO para o desenvolvimento de capacidades em falta na UE.

5.

A prioridade final, e que resulta desta difícil experiência que vivemos há quase um ano, passa por reforçar a resiliência da UE e a sua capacidade de resposta a emergências complexas, como a que vivemos na atual pandemia. Sejam fenómenos

climáticos extremos, sejam pandemias ou outras catástrofes que resultam da ação humana, a UE deve continuar a trabalhar para usar melhor as capacidades da PCSD.

As Forças Armadas dos Estados membros da UE têm demonstrado ser um instrumento excepcional na resposta a este tipo de crise. São um seguro contra todo o tipo de riscos. E as lições aprendidas são valiosas no reforço da sua ação em apoio aos instrumentos europeus de Proteção Civil e também de coordenação com a Aliança Atlântica. Com toda a probabilidade, infelizmente, voltaremos a precisar no futuro das nossas Forças Armadas para situações de emergência civil, e por essa razão iremos promover um exercício de decisão estratégica e operacional, para que sejamos cada vez mais capazes de responder em conjunto a desafios que são coletivos.

Termino agradecendo a disponibilidade dos membros desta Subcomissão para esta sessão em tempos tão difíceis, e estou disponível para responder às perguntas que me queiram colocar.

Muito obrigado.